



CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA

**CONCURSO DE ADMISSÃO AO XVIII CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA O
INGRESSO ÀS MAGISTRATURAS JUDICIAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

PROVA DE AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS TÉCNICO-JURIDICOS

Direito Civil e Processual Civil

I PARTE

I. Leia atentamente as questões que se seguem e escolha a resposta mais correcta, ASSINALANDO por meio de um CIRCULO a respectiva LETRA:

- 1. De acordo com as regras do Processo Civil a competência interna dos Tribunais Judiciais:**
 - a) É determinada no Código de Processo Civil e Código Civil;
 - b) No Código Civil e Lei da Organização Judiciária (Lei nº 24/2007 de 20 de Agosto);
 - c) No Código de Processo Civil e Lei da Organização Judiciária (Lei nº 24/2007 de 20 de Agosto);
 - d) Determina-se em razão da matéria, da hierarquia, do valor e do território

- 2. A incompetência absoluta pode provir:**
 - a) Da falta de requisitos necessários para a existência jurídica e desenvolvimento do processo num determinado tribunal;
 - b) Por a acção ter sido instaurada num tribunal comum quando o deveria ter sido perante um tribunal de Primeira Instância
 - c) Da falta de requisitos e condições cuja verificação é indispensável para que o tribunal conheça ou se ocupe do mérito da causa.
 - d) Da infração das regras de competência interna material por a acção ter sido instaurada num tribunal de competência genérica quando o deveria ter sido perante um tribunal de competência especializada

- 3. Quando o Juiz numa determinada acção é chamado a conhecer da legitimidade de uma das partes, este:**
 - a) Deve averiguar se estão ou não verificados os fundamentos da acção.
 - b) Aprecia o mérito da causa e absolve a parte que invoca a ilegitimidade.

- c) Não deve averiguar se estão ou não verificados os fundamentos da acção, pois esta questão pertence a discussão do mérito da causa.
 - d) Deve averiguar se estão verificados os fundamentos da acção, pois esta questão é importante para apreciação do mérito da causa.
4. **A inexistência de um dos pressupostos processuais determina:**
- a) A verificação de uma excepção dilatória que absolve o réu da instância;
 - b) A verificação de uma excepção dilatória que obsta o conhecimento do mérito da causa;
 - c) A verificação de uma excepção dilatória que determina a absolvição do réu do pedido;
 - d) A verificação de uma excepção peremptória que absolve o réu da instância;
5. **Provada a violação das regras de competência relativa do tribunal, arguida por uma das partes, implica que, decidindo, o Juiz irá:**
- a) Indeferir liminarmente a petição inicial e absolver o réu da instância.
 - b) Ordenar a suspensão do andamento regular do processo.
 - c) Decidir qual é o tribunal competente para a acção.
 - d) Julgar procedente a excepção arguida e ordenar a remessa do processo para o tribunal com competência para julgar a acção.
6. **A excepção de incompetência absoluta deve ser apreciada:**
- a) No despacho liminar
 - b) Até a instrução do processo
 - c) Até o despacho-saneador
 - d) Até o fim do prazo concedido pelo tribunal para respectiva sanção.
7. **Diamantina de 19 anos de idade é ré numa acção interposta por Augusta, sua cunhada, com fundamento na delapidação do património hereditário de que ambas são concorrentes. Recebida a petição inicial em tribunal o Juiz: Na hipótese verifica-se alguma excepção?**
- a) Indeferiu a petição inicial com fundamento na ilegitimidade de Diamantina.
 - b) Indeferiu a petição inicial com fundamento na falta de personalidade e capacidade judiciária de Diamantina.
 - c) Conheceu da excepção relativa a capacidade judiciária por não ter sido sanada pela Augusta.
 - d) Designou data para audiência preliminar e convidou as partes a se conciliarem.
8. **Verificando-se a falta de junção dos duplicados legais da petição inicial:**
- a) O Escrivão do cartório não deve receber a petição inicial;

- b) O juiz indefere liminarmente a petição inicial;
- c) O juiz deve marcar prazo para o autor apresentar os duplicados em falta sob pena de indeferimento liminar da petição inicial.
- d) O juiz deve ordenar que o autor entregue os duplicados em falta ao réu para permitir o exercício do contraditório

9. A capacidade para celebrar contratos:

- a) Depende da emancipação
- b) Adquire-se com 18 anos completos
- c) Adquire-se com a maioridade ou com a emancipação
- d) Adquire-se aos 21 anos

10. A personalidade inicia-se pela/o:

- a) Concepção e nascimento com vida;
- b) Concepção e nascimento completo e com vida;
- c) Nascimento completo e com vida.
- d) Nascimento com vida

11. De acordo com o Código Civil, a Confissão corresponde:

- e) A declaração de vontade feita por uma das partes, numa relação processual, com intuito de pôr termo ao processo em juízo por acordo.
- f) Ao reconhecimento que a parte faz da existência de um crédito a seu favor.
- g) A manifestação feita pela parte autora do interesse de desistir da acção por ela proposta sem que seja proferida sentença.
- h) Ao reconhecimento que a parte faz da realidade de um facto que lhe é desfavorável e favorável a parte contrária.

12. Nos termos do disposto no art.º 341.º do Código Civil “as provas têm por função a demonstração da realidade dos factos”. Assim, tendo em conta a classificação das provas consoante a forma, a prova pericial, pode consistir em:

- a) Determinar o valor do imóvel objecto de litígio para posterior venda em hasta pública.
- b) Averiguar a existência de manchas de gasóleo na água que serve de consumo ao público.
- c) Exame, vistoria ou avaliação feita por peritos a fim de averiguar factos que interessem a decisão da causa pelo juiz.
- d) Avaliar o valor das acções de uma determinada empresa numa acção de divisão de coisa comum

13. O pedido de danos pessoais ou materiais causados em acidente de viação pode ser dirigido contra a seguradora

- a) Se o motorista do veículo também for demandado.
- b) Se o proprietário do veículo também for demandado.
- c) Não é necessário direccionar o pedido contra qualquer outra pessoa.
- d) Se a data do acidente a apólice de seguro estiver dentro do prazo.

14. João e Maria são casados há 8 anos, encontrando-se o João a trabalhar na Suécia. Entretanto, Maria decidiu colocar à venda um imóvel de ambos que se situa na Cidade de Chimoio. Concluída a venda, enviou ao João uma mensagem de voz de whatsapp, confirmando o negócio, a que este não se opôs.

- a) O negócio é válido porquanto o João não se opôs.
- b) Não houve consentimento nem autorização válida do João pelo que a venda é nula
- c) A venda é válida pois o que determina a nulidade é o desconhecimento total do negócio por parte do João.
- d) A venda é anulável pois faltou a declaração o consentimento presencial ou documento particular do João antes da conclusão do negócio.

15. De acordo com a lei processual civil, a cumulação real de pedidos, implica:

- a) Compatibilidade substancial de pedidos.
- b) Compatibilidade do pedido com a causa de pedir.
- c) Existência de uma única acção com pluralidade de sujeitos.
- d) Acumulação de acções, conservando cada litigante uma posição de independência em relação aos restantes autores.

16. Bruno e Mafalda contraíram casamento muçulmano, tendo no acto havido troca de presentes (anéis, colares e relógios de ouro, viatura e um imóvel de veraneio localizado na cidade de Pemba). Numa bela segunda-feira, como sempre, Bruno saiu de casa a caminho do trabalho. Acontece que, desde de então, Bruno não mais voltou a comunicar-se com a Mafalda e esta descobriu que a viatura recebida no acto do casamento se encontra a ser usada por uma segunda companheira do Bruno, sem o seu consentimento. Furiosa, Mafalda intenta uma providência cautelar não especificada contra o Bruno que, entretanto, se encontra em parte incerta segundo descrito na petição inicial. Concluídos os autos ao Juiz, este:

- a) Exara um despacho para que sejam notificados os familiares de Bruno a serem ouvidos em audiência do contraditório diferido.
- b) Por despacho fundamentado ordena a citação da actual companheira do Bruno para contestar a petição inicial intentada pela Mafalda.
- c) Manda citar o Digno Magistrado do Ministério Público para contestar.
- d) Indefere liminarmente a petição inicial com fundamento na falta de registo do casamento tradicional.

17. Hilário, membro das Forças Armadas de Defesa e Segurança do Estado Moçambicano, estava a conduzir um tanque de guerra no distrito de Cheringoma, quando se envolveu num acidente de viação contra a viatura pertencente a Katiza, danificando-a parcialmente. Katiza pretende propor uma acção para ressarcimento dos danos sofridos. A acção deve ser proposta contra:
- a) Hilario e o Estado Moçambicano
 - b) O Estado Moçambicano
 - c) O Hilario e o Ministério da Defesa Nacional
 - d) Ministério da Defesa Nacional
18. Lúcia notificada do despacho-saneador que pôs termo ao processo a 15 de Janeiro de 2018, resolveu submeter a sua insatisfação pedindo o reexame, perante o Tribunal, no dia 22 do mesmo mês e ano. O expediente processual seguido pela Lúcia é:
- a) Articulado superveniente.
 - b) Reclamação.
 - c) Reconvensão.
 - d) Recurso
19. O pedido de Lúcia deveria ser submetido no prazo de:
- a) 5 Dias.
 - b) 8 Dias
 - c) 3 Dias.
 - d) 20 Dias
20. Os Recursos obedecem a duas espécies:
- a) Ordinários e de Revisão
 - b) Apelação e Agravo
 - c) Extraordinários e de Revisão
 - d) Ordinários e Extraordinários
21. A prerrogativa do Digníssimo Procurador-Geral da República de recorrer de decisões com trânsito em julgado incide sobre:
- a) Revista e revisão.
 - b) Revisão e suspensão da execução e anulação de sentenças manifestamente injustas.
 - c) Revista e suspensão da execução e anulação de sentenças manifestamente injustas.
 - d) Suspensão da execução e anulação de sentenças manifestamente injustas

22. O prazo para a interposição do recurso de revisão pelo Ministério Público é de:
- a) 3 Dias.
 - b) 5 Dias
 - c) 8 Dias.
 - d) 90 Dias
23. A simulação pode ser arguida:
- a) Apenas pelos próprios simuladores entre si, ainda que a simulação seja fraudulenta
 - b) Pelos simuladores ou por qualquer interessado
 - c) Por qualquer interessado ou oficiosamente pelo juiz
 - d) Pelos simuladores, ainda que a simulação seja fraudulenta, por qualquer interessado ou oficiosamente pelo juiz
24. Os créditos dos estabelecimentos que fornecem alojamento ou alojamento e alimentação prescrevem:
- a) No prazo de dois anos e fundam-se na presunção do cumprimento;
 - b) No prazo de dois anos;
 - c) No prazo de cinco anos e tem como condição a confissão do devedor;
 - d) No prazo de vinte anos
25. O direito a indemnização por factos ilícitos prescreve:
- a) No prazo de 3 anos a contar da data do facto lesivo
 - b) No prazo de 20 anos a contar da data do facto lesivo
 - c) No prazo de 3 anos a contar da data em que o lesado teve conhecimento do direito que lhe compete
 - d) No prazo de 20 anos a contar da data em que o lesado teve conhecimento do direito que lhe compete
26. Penhor é:
- a) Garantia real de uma obrigação que envolve a entrega de uma coisa móvel
 - b) Garantia real de uma dívida que envolve a entrega de uma coisa móvel ou imóvel
 - c) Garantia real de uma dívida que pode envolver a entrega de uma coisa móvel ou imóvel
 - d) Garantia real de uma dívida que pode envolver a entrega de uma coisa móvel;
27. A prescrição é:
- a) Extinção de um direito pelo seu não exercício por um dado lapso de tempo fixado na lei

- b) Modo de extinção de um direito pelo seu não exercício por um dado lapso de tempo fixado na lei ou convenção
- c) Possibilidade de extinção não retroactiva de efeitos jurídicos em virtude da verificação de um facto jurídico
- d) Forma de extinção de um direito pelo seu não exercício

28. A caducidade consiste:

- a) Forma de extinção de um direito pelo seu não exercício por um dado lapso de tempo fixado na lei ou convenção
- b) Forma de extinção de um direito pelo seu não exercício por um dado lapso de tempo fixado na lei
- c) Forma de extinção de um direito pelo seu não exercício
- d) Na extinção não retroactiva de efeitos jurídicos em virtude da verificação de um facto jurídico

29. Lucro cessante é:

- a) O prejuízo sofrido por alguém por facto de outrem
- b) O benefício não esperado resultante de um facto de outrem
- c) O benefício esperado resultante de negócios jurídicos
- d) O prejuízo sofrido pelo lesado que se traduz na frustração de benefícios esperados

30. A Cláusula penal:

- a) Fixa a indemnização a pagar pelo devedor em caso de cumprimento defeituoso de uma obrigação
- b) Fixa antecipadamente a indemnização a pagar pelo devedor em caso de mora ou não cumprimento de uma obrigação
- c) Fixa antecipadamente a indemnização a pagar pelo devedor em caso de não cumprimento de um contrato-promessa
- d) Fixa a indemnização a pagar pelo devedor em caso de cumprimento defeituoso ou incumprimento de um contrato promessa



CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA

CONCURSO DE ADMISSÃO AO XVIII CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA O INGRESSO ÀS MAGISTRATURAS JUDICIAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA DE AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS TÉCNICO-JURIDICOS

Direito Civil e Processual Civil

II PARTE

LEIA ATENTAMENTE AS QUESTÕES E APRESENTE AS RESPOSTAS NA FOLHA DE EXERCÍCIO

1. Ana e Aziz, casados em regime de comunhão geral de bens e domiciliados na Cidade de Nampula, pretendem intentar uma acção especial de entrega judicial contra Teresa, viúva e residente na Cidade da Beira, pedindo a entrega de um imóvel destinado a habitação situado na Cidade de Beira. Ana e Aziz tencionam alegar na referida acção que Ana, ainda solteira, comprara o imóvel pela quantia de 300.000,00 meticaís a Eduardo, falecido esposo de Teresa, tendo então ficado convencionado que o imóvel seria entregue 60 dias após a emissão da certidão de Registo do imóvel em nome da adquirente, Ana. Acontece que, 30 dias após a emissão da certidão do registo do imóvel a favor da Ana, Eduardo faleceu e Teresa continua a viver no imóvel há mais de dois anos recusando-se a fazer a sua entrega.

1.1 Tendo em consideração a hipótese apresentada responda, as seguintes questões

- a) Poderia Ana instaurar sozinha a referida acção? Apresente os fundamentos legais - **(responda em 10 Linhas na folha de exercício)**
- b) A acção poderia ser intentada no Tribunal Judicial da Província de Nampula? Justifique. **(responda em 5 Linhas na folha de exercício)**
- c) Ana e Azis podem intentar a acção apenas contra Eduardo? Justifique. **(responda em 5 Linhas na folha de exercício)**
- d) Suponha que, em vez de intentar a acção judicial, Ana e Azis decidem contratar pessoas para retirarem os bens da Teresa do imóvel e mudar as fechaduras apoderando-se assim do imóvel que lhe pertence por direito. Comente. **(responda em 5 Linhas na folha de exercício)**